

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA

CONTRATO Nº 078/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº 030/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.677/2022

Contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA** que entre si celebram, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA-BA e, do outro, a empresa **META GESTÃO PÚBLICA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.845.086/0001-03, com sede na Rua Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha-Ba, representada pelo Exmº Sr. Adriano Silva Lima, doravante denominado CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **META GESTÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **08.833.724/0001-28**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1045, Centro, Feira de Santana, Bahia, neste ato representada pelo Sr. Carlos Herinque Ribero, CPF 399.867.645-72, RG 391159 denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da **PREGÃO ELETRONICO nº 030/2022**, HOMOLOGADO pelo Exmo. prefeito, incorporando a proposta apresentada pela CONTRATADA, Edital e seus anexos a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E ASSESSORIA TÉCNICA PREVIDENCIARIA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM NORMAS DE ARRECADAÇÃO, DELINEADAS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa no ramo de assessoria previdência com prestação de serviços especializados em normas de arrecadação delineadas pela Receita Federal do Brasil, propositura de medidas administrativas que se façam necessárias e estudo de todos os processos de parcelamentos Contratado perante a União com o escopo de obtenção e manutenção da Certidão de Regularidade Fiscal, bem como junto aos órgãos restritivos (CADIN/CAUC), atuação junto ao e-Social com o fito de elaboração de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), bem como o auxílio ao setor de Recursos Humanos para transmissão de RAIS, DIRF, DCTF e GPS e demais serviços conforme especificação técnica.	MENSAL	12	R\$ 23.000,00	R\$ 276.000,00
VALOR TOTAL:				R\$	276.000,00

(Duzentos e setenta e seis mil reais).

O detalhamento do objeto será conforme consta da proposta da contratada, edital e seus anexos, os quais passam a fazer parte integrante deste instrumento como se transcritos fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

Serão responsáveis técnicos pela execução do presente contrato:

CARLOS HERINQUE RIBERO - CRC Nº 04000/0-7 CRA- BA Nº 27847

Os responsáveis técnicos poderão ser substituídos desde que, antecipadamente, haja comunicação oficial ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

O regime de execução é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

As despesas deslocamento nas visitas periódicas ficarão às expensas da contratada;

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, manter toda sua documentação jurídica, fiscal e contábil em situação regular, tanto para impostos ou quaisquer outras despesas na esfera municipal, estadual, federal, órgãos de trânsito, e outros.

A CONTRATADA não poderá transferir a responsabilidade da execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados com base na presente licitação, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade orçamentaria	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
61001	2011	33.90.35	00

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REJUSTAMENTO

O Valor global estimado para a execução dos serviços é de **R\$ 276.000,00 (Duzentos e setenta e seis mil reais)**.

Os pagamentos serão efetuados mensalmente em parcelas iguais e sucessivas de **R\$ R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil,**

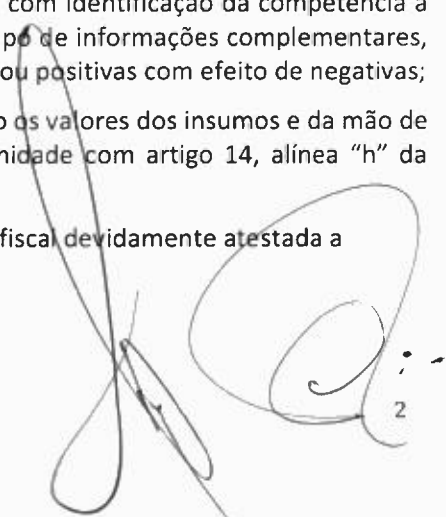
Os pagamentos serão realizados até 10º dia do mês subsequente da competência precedente.

Os pagamentos serão creditados na conta corrente em nome da contratada;

Para liquidação da fatura a contratada deverá encaminhar nota fiscal, com identificação da competência a qual se refere, número e ano do contrato no corpo da nota ou no campo de informações complementares, acompanhada de todas as certidões de regularidade fiscal negativas e/ou positivas com efeito de negativas;

A nota fiscal deverá estar acompanhada de uma planilha discriminando os valores dos insumos e da mão de obra e os respectivos percentuais, ou com a informação de conformidade com artigo 14, alínea "h" da resolução TCM/BA 1323/2013;

O(A) fiscal do contrato deverá atestar a execução dos serviços na nota fiscal devidamente atestada a execução dos serviços pelo fiscal do contrato.



2

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial;

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

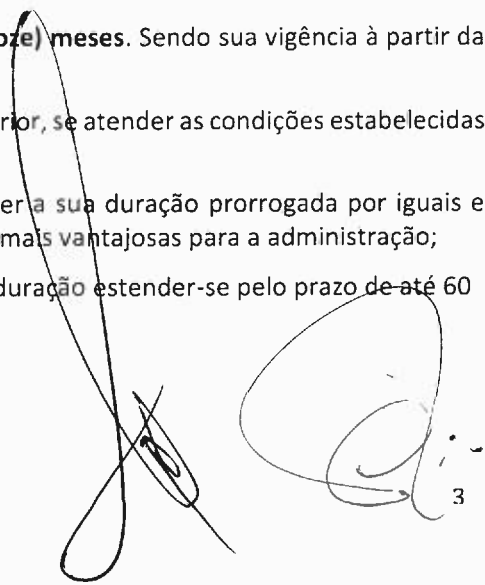
CLÁUSULA OITAVA – PRAZOS

O prazo de Execução objeto deste contrato será da data de **12 (doze) meses**. Sendo sua vigência à partir da sua assinatura.

Poderá ser prorrogado por igual período, da vigência do prazo anterior, se atender as condições estabelecidas no artigo 57 da Lei n.º 8666/93.

Os serviços serão executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração;

Em se tratando de prestação de serviços continuados podendo a duração estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta meses) meses após o início da vigência do contrato.



3

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Pagar conforme estabelecido na Cláusula Quinta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integridade dos seus termos;

Designar, no ato da assinatura deste Contrato, SERVIDOR para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativa do mesmo;

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

Acompanhar de forma quantitativas e qualitativa a execução dos serviços contratados.

Emitir as Autorizações de Serviços respectivas, assinadas pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação;

Realizar visita técnica programada às suas expensas caso necessário, para dirimir quaisquer inconsistências das informações necessárias para execução do contrato;

Manter escritório com telefone, fax, acesso a correio eletrônico e representante disponível para atendimento às demandas do MUNICÍPIO DE SERRINHA;

Prepostos para acompanhamento da execução dos serviços contratados, que se reportará ao Fiscal do MUNICÍPIO DE SERRINHA;

Atender a todas as obrigações contidas na proposta de preços vinculada a este contrato.

A CONTRATADA deverá indicar formalmente, no ato da assinatura deste Contrato, o representante legal, (preposto) devidamente credenciado, para desempenhar junto à CONTRATANTE, a gestão contratual, cabendo ao mesmo gerir todas as obrigações legais e técnicas inerentes ao contrato, e ainda, servir de elo constante de ligação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

A qualquer substituição do preposto contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos;

A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraiados com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, a eles não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;

A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS

O descumprimento do contrato ensejará aplicação sanções estabelecidas no Edital.

Aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente ao contratado penas de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:

Advertência;

Multa, de acordo com o previsto no contrato;

Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Será concedida reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.

Além das penalidades citadas, o contratado fica sujeito às demais sanções civis e penais previstas em Lei.

Intimação dos atos correspondentes à pena de suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial.

Para validade da aplicação de penalidades será assegurado ao contratado direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de cinco dias úteis

Em se tratando da modalidade pregão, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes, pelo prazo de até cinco anos, licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta:

- deixar de celebrar o contrato;
- deixar de entregar documentação exigida no edital;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- não mantiver a proposta;
- falhar na execução do contrato;
- fraudar a execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal.

Essas penalidades não excluem multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.

Aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo

Processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer Tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

A contratada está sujeita a todas as sanções contidas nos artigos 86 ao 88 e crimes e penas contidos nos artigos 88 ao 99 da lei 8.666/93.

DOSIMETRIA APLICÁVEL SANÇÃO DE CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA:

CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA DOSIMETRIA APLICÁVEL	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses



Apresentar documentação falsa	24 meses
Não manter a proposta	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

DA MULTA

A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;

0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do artigo 65, §8.º da Lei n.º 8.666/1993 e será executada mediante:

Quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

Desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

Desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;

Procedimento judicial.

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.

A Atualização pelo índice previsto no parágrafo anterior, será aplicada até o primeiro DAM emitido após decisão definitiva.

Em caso de inadimplência do DAM, prevista no §2º, será aplicada a seguinte regra:

A partir do 1º dia de atraso correrá multa de mora de 0,33%, por dia de atraso, limitado ao percentual de 20%; e

A partir do 1º dia do mês subsequente a data de vencimento, começará a aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sendo aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, mediante autorização da Diretoria Executiva, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, observando-se ainda o disposto na Instrução Normativa, que versa sobre a matéria, em vigência, à época, do pedido de parcelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica designada a secretária designar o responsável (fiscal) para realizar a fiscalização a plena execução deste instrumento de contrato;

Qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multa, intimação, etc., entre a contratante e a contratada será feita por escrito, devidamente protocolada ou através de e-mail: financeiro@metagestaopublica.com.br.

As comunicações serão efetuadas utilizando os seguintes endereços eletrônico gabinete@serrinha.ba.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza, nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário a convivência, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, a Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Serrinha, Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Serrinha-BA, 24 de agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA
ADRIANO SILVA LIMA

META GESTÃO PÚBLICA LTDA
CARLOS HERINQUE RIBERO

08.833.721/0001-28
META GESTÃO PÚBLICA LTDA
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 104
CENTRO - CEP: 44.001-505
ITANA-BA